

## História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição

Edinelia Maria Oliveira Souza\*

*O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido. [...] Irrecuperável é cada imagem do passado que se dirige ao presente, sem que esse presente se sinta visado por ela.*

Walter Benjamin

### Sobre história oral e a utilização das memórias

**Foi a partir dos anos 90 que a historiografia sobre o pós-abolição** tomou novas proporções no Brasil, por meio de estudos que tinham como foco as áreas escravistas do Centro-Sul. Tais estudos se propuseram a analisar a luta política que se estabeleceu em torno de um “projeto camponês” associado às condições políticas de acesso a terra e de garantia de sobrevivência, mediante a abertura da “fronteira agrária” na região. Dadas as “dificuldades de reter na grande lavoura a chamada ‘mão-de-obra livre nacional’”, nas décadas seguintes à abolição, “paralelamente à formação de um campesinato negro, manteve-se a centralidade do liberto, enquanto força de trabalho, nas fazendas das antigas áreas escravistas do sudeste” (Rios; Mattos, 2004, p. 172).

---

\* Professora da Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Naquela região, durante a segunda metade do século XX, foi possível dispor de depoimentos de netos e/ou bisnetos de escravos, cujas memórias foram preservadas por meio da tradição oral (Rios; Mattos, 2005). Tais memórias permitiram perceber relações sociais diversas, marcadas pela imbricação entre evidências e subjetividades; expressaram referenciais de pertencimento a espaços/tempos concretos de existência e de sobrevivência, ao mesmo tempo em que ressaltaram elementos de um passado significativo e ainda recente, vinculado a uma realidade histórico-social em permanente transformação e reconfiguração.

Em sintonia com essa análise historiográfica, o artigo aqui proposto tem por objetivo refletir sobre como os *rastros* de memória sinalizam as experiências da escravidão e da liberdade na parte sul do Recôncavo Baiano – área de fronteira entre a *plantation* e a policultura que, no período colonial, impulsionou o mercado de abastecimento de produtos diversos para a cidade do Salvador. Com base em entrevistas feitas com indivíduos identificados como pretos ou pardos – com mais de 60 anos, em localidades diversas dessa região –, juntamente com relatos de memórias impressos em um periódico local e no livro de um memorialista, foi possível encontrar fragmentos de trajetórias articuladas às experiências vividas na escravidão e no pós-abolição. Trata-se de homens e mulheres que viviam/vivem como rendeiros, meeiros ou proprietários de parcelas de terras nas proximidades de antigas fazendas senhoriais localizadas entre os municípios de Dom Macedo Costa, Nazaré das Farinhas e Santo Antonio de Jesus.

As memórias que afloram nas narrativas orais são compreendidas aqui enquanto redes que expressam vivências, ressignificam trajetórias, evidenciam histórias anônimas, anunciam experiências compartilhadas. Nesse sentido, as lembranças são constantemente reinventadas a partir de experiências individuais e coletivas que revelam uma cultura pautada pelo entrelaçamento da vida com o trabalho, pelas sociabilidades, negociações e relações de poder forjadas na luta por sobrevivência e pela constituição de cidadania e de identidades no Recôncavo Sul Baiano.

Dessa forma, a história oral orientada pelo viés geracional foi o ponto de partida deste trabalho que, ao cruzar-se com outras fontes de memórias, buscou avançar na composição de trajetórias individuais e familiares e nas reflexões sobre condições de vida e práticas de mobilidade espacial e social. Recolocam-se em debate perspectivas de enfrentamento metodológico de temáticas históricas do século XX, evidenciando populações que tiveram

pouco espaço nos documentos escritos. Logo, a pesquisa oral constituiu um instrumental metodológico facilitador do trânsito entre subjetividades experimentadas por indivíduos e grupos que, de alguma forma, estiveram no limbo, na penumbra da história; tornou possível historicizar e trazer à tona marcas e vestígios de situações vividas que, de determinados ângulos, pouco tiveram visibilidade na historiografia.

No processo de reconstrução de suas memórias, os indivíduos também reconstróem a si mesmos através da “permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido”, de forma que “o que está em jogo na memória é também o sentido de identidade individual e de grupo” (Pollak, 1989, p. 9, 10). Logo, buscou-se problematizar experiências da cultura e da história que foram “gravadas nas memórias das pessoas mais velhas e em mais nenhum outro lugar, eventos do passado que só eles podem explicar-nos, vistos sumidos que só eles podem lembrar” (Samuel, 1989, p. 224). O encontro com as memórias de trabalhadores rurais que tiveram fortes relações com as vivências do cativo possibilitou abrir uma centelha de ligação entre presente e passado, redimensionando o “tempo do agora” a partir dos significados atribuídos às suas trajetórias individuais.

Conforme nos alerta Portelli, “a memória é um processo individual que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados” (Portelli, 1997, p. 16). Nesse sentido, a rememoração da experiência humana incorpora e comunica vivências próprias, histórias pessoais inseridas em um contexto de “pertencas culturais”.

A cotidianidade vivida por populações negras e mestiças nas primeiras décadas do pós-abolição no Recôncavo Sul Baiano certamente foi marcada por limitadas oportunidades e alternativas de escolha, que, vistas em retrospectiva, através das memórias, também podem significar poucas ocasiões perdidas. Dessa forma, em direções variadas, as mudanças que aconteceram na passagem do século XIX para o XX impulsionaram as pessoas a viverem numa “crescente dependência mútua, ao mesmo tempo em que cada indivíduo foi-se diferenciando mais dos outros” (Elias, 1994, p. 114). E, nesse “permanente fluxo”, ora essas populações foram alcançando melhores condições de sobrevivência, ora vivenciaram fracassos em seus investimentos econômicos, sociais e culturais.

## Ruídos de memória, fragmentos de trajetórias

Em sua grande maioria, os indivíduos egressos da escravidão e/ou descendentes de libertos exerciam as funções de trabalhadores temporários, rendeiros, meeiros, diaristas, pequenos sitiantes, assalariados, artesãos, tropeiros etc. – todas elas relacionadas ao mundo rural. Muitas dessas pessoas viviam assustadas com as incertezas próprias de suas condições de vida no contexto do fim do regime escravista e do recém-implantado regime republicano no Brasil. De variadas formas, lutavam contra o cerceamento de costumes e tradições, reinventando estratégias de sobrevivência através das negociações, das relações com o meio, dos ritos festivos e religiosos.

Sabemos que, embora mantivesse fortes vínculos com a economia açucareira, o Recôncavo Sul Baiano caracterizou-se fundamentalmente pela cultura do fumo, do café e dos produtos de subsistência. O cultivo de mandioca, milho e amendoim, articulado com a produção de cana-de-açúcar, fumo e café configurou aquela localidade como uma área de predominância da policultura, o que favoreceu a concentração de populações negras e mestiças nos últimos anos da escravidão e no pós-abolição.

Em meio às tensões e negociações que nas primeiras décadas do pós-abolição caracterizaram as relações sociais entre fazendeiros e trabalhadores rurais, a permanência no campo – em muitos casos, nos próprios limites das antigas fazendas senhoriais – tornou-se uma necessidade tanto para os ex-escravos como para os ex-senhores. Os acordos resultantes de tais processos de negociação, além de garantir a continuidade das atividades nas fazendas, possibilitavam aos novos trabalhadores livres driblar as dificuldades de inserção em outros espaços de trabalho, bem como a ausência de uma política de integração no Estado republicano que se constituiu depois de 1889.

É fato que em um primeiro momento a conquista da liberdade levou os ex-escravos à tentativa de afastamento do lugar da memória do cativo, porém eram grandes as dificuldades de se inserirem em novos espaços de trabalho. Portanto, significativas parcelas deles, bem como de seus filhos e netos, voltaram às fazendas e refizeram relações de trabalho, experiências de vida e de luta pela cidadania. No Recôncavo Sul da Bahia essas experiências imbricam-se aos laços de dependência, aos compromissos, às sociabilidades e às relações de poder desenvolvidas entre sitiantes, lavradores, meeiros, rendeiros, roceiros, artesãos e fazendeiros nas primeiras décadas da República.

O relato de Argeu, ex-escravo com idade “perto de noventa anos” entrevistado em 1933 pelo periódico *Escudo Social*, de São Felipe, tornou-se um referencial importante nas reflexões sobre a memória da escravidão e da abolição na Bahia. De acordo com sua narrativa é possível perceber uma atitude estratégica do senhor para tentar manter os ex-escravos ligados ao engenho, depois do 13 de Maio. Foi em um clima de festa que Argeu e os demais escravos da fazenda de Mata Pinto receberam a notícia da liberdade.

Foi uma coisa terrível. Seu Mata Pinto ajuntou tudo, uns cem, para um samba, mandou abrir vinho, cachaça, melação com tapioca, bestou e de madrugada diche que tudo tava livre. Foi o diacho. A gente já sabia e foguete pipocou a noite toda. [...] No outro dia não tinha ninguém mais no terreiro. (Entrevista do ex-escravo Argeu, 1933).

As representações inscritas na fala do ex-escravo traduzem o episódio da abolição como um momento de alegria compartilhada entre os cativos e seus senhores. Enquanto os escravos comemoravam o fim do cativo, talvez os ex-senhores estivessem celebrando o fim da escravidão como probabilidade de refazer as ameaçadas relações de poder, intensamente agravadas tanto pela crise da economia açucareira no Nordeste quanto pelas leis abolicionistas que, além de provocarem o declínio de suas rendas, fragilizaram as bases de sua autoridade.

Mas a estratégia do ex-senhor não teria funcionado, pois “no outro dia não tinha ninguém mais no terreiro”. Tais memórias sinalizam a importância daquele dia para os que ainda se encontravam na condição de escravos, destacando-se a necessidade de saírem daquele espaço de vivências e lembranças, do qual procuravam esquecer, distanciar-se, embora talvez não por muito tempo. O próprio Argeu foi parar em outro engenho, o do Major Medrado, onde continuou no trabalho da moenda, mas “ninguém me bate, vochê brinca comigo, Iaiá me dá dinheiro pra o pito, seu capitão brinca também comigo. Só não trabai nas chuvas” (Entrevista publicada no Periódico *Escudo Social*, 14 de outubro de 1933).

A narrativa do ex-escravo Argeu – filtrada pela edição do jornal, que procurou manter na escrita uma aproximação forte com a linguagem oral – assinala o sentido de identidade individual e de grupo que está em jogo nas memórias, uma vez que reforça o significado da liberdade que passou a ser vivenciada no imediato pós-abolição, momento em que os ex-escravos puderam “questionar

abertamente os padrões e etiquetas de mando senhorial ou simplesmente ignorar as ordens dos senhores” (Fraga Filho, 2006, p. 28). A permanência de Argeu no trabalho rural, ainda que seja em um engenho, onde desenvolvia as costumeiras tarefas do tempo da escravidão, configurou-se a partir de novas bases, sobretudo da suspensão dos castigos físicos e do trabalho “nas chuvas”.

Isaías Alves, memorialista e descendente de uma das tradicionais famílias senhoriais do município de Santo Antonio de Jesus, ao registrar histórias de vida de escravos e ex-escravos naquela porção do Recôncavo Baiano entre as décadas de 1930 e 1960, indicou que muitos deles não se desligaram das fazendas e engenhos, como foi o caso do escravo Januário, “que nunca deixa o seu ex-senhor, que lhe arranhou uma choupana, em que se casou com Geralda, escrava de Misael Lopes, muito mais clara e formosa mulata” (Alves, 1967, p. 269). O autor ainda destaca a permanência de outros ex-escravos no engenho Sapucaia durante as primeiras décadas do século XX:

Alguns ficaram amigos até morrer, como Sabino Teiú, tirador de leite e carregador de lenha, que era um rato de estrada... conservou-se até o primeiro quartel do século XX como serviçal dedicado, sobretudo para viagens rápidas, a pé, vencendo os que cavalgavam. (Alves, 1967, p. 181).

Ao que tudo indica, Januário e Sabino Teiú utilizaram-se de experiências vividas durante o cativeiro para negociar com seus antigos senhores um espaço autônomo para morar e trabalhar, separado das instalações da antiga *casa grande*, o que seria uma condição da permanência na fazenda. Januário pode ainda ter se aproveitado de relações estabelecidas entre o seu ex-senhor e o também senhor de escravo Misael Lopes para levar vantagem em torno do casamento com a “formosa mulata” Geralda.

Em outra passagem dos seus escritos, Isaías Alves também comenta que:

O velho Inácio Tosta aconselhava a alforria, e ao mesmo tempo que se pedisse aos escravos pra ficar no trabalho como assalariados. O velho Francisco Felix conservou vários. Na manhã, depois da notícia, apareceu um com a cabeça amarrada, outro avisava que estava doente e, perguntando porque os outros não foram trabalhar, respondeu que já estavam forros. O velho de tudo estava informado, não se mostrou aborrecido, mas triste e pensativo. Um homem de 62 anos bem vividos, tomaria novos métodos, numa forma social de todo diferente. (Alves, 1967, p. 61).

Para esses indivíduos recém-integrados à sociedade na condição de cidadãos livres, era pouco promissora a perspectiva de liberdade, tomando-se o termo em sua acepção mais pragmática: acesso à propriedade, trabalho compensado monetariamente e autonomia plena. Sabiam que estavam se deparando com um mundo repleto de incertezas e precariedades e, portanto, procuravam agir de acordo com a percepção das fraturas da sociedade que assinalavam brechas para suas escolhas. Assim, ao optarem pela permanência nas fazendas, mediante acordos orais ou contratos de arrendamento, também estavam optando por certa estabilidade da vida e do trabalho, capaz de prover uma subsistência apropriada – em detrimento de ganhos estritamente pecuniários.

Os *rastros* de memória sugerem que o uso da barganha, os arranjos e as concessões configuraram-se como elementos estratégicos de negociação entre os ex-escravos e os antigos senhores no período que sucedeu a abolição. São situações que sinalizam a existência de uma consciência da condição de trabalhadores livres, exercida por ex-escravos, por escravos libertos e por seus descendentes, dispostos a enfrentar as tentativas de manutenção de relações escravistas ainda defendidas por alguns senhores.

Nas memórias de Isaias Alves, a ex-escrava Benvinda, moradora da fazenda da família Alves, aponta a significativa mudança sofrida com o fim da tutela do seu antigo senhor. Tal personagem em conversa com ele teria dito: “Aí... agora a gente não acha um tostão para comprar açúcar muitos dias... Finado Sampaio mandava cachaça... matava boi p’ra nêgo comê [...]. A gente tá é morrendo de fome... com a carne no preço qui está... sem dinheiro p’ra compra” (Alves, 1967, p. 55).

Nesse sentido, as reminiscências de Benvinda expressam uma queixa da situação econômica e social vivida no pós-abolição, apontando uma compreensão clara da sua condição de vida, quando se refere a algumas conquistas obtidas junto ao antigo senhor do tempo da escravidão. Logo, enquanto se lamentava, naquela conversa com um dos descendentes da antiga família senhorial, Benvinda também chamava a atenção para regalias conquistadas mediante atitudes paternalistas que, no contexto da escravidão, teriam sido importantes tanto para a sua sobrevivência como para a dos demais escravos da fazenda. O depoimento transita, portanto, entre dois tempos que fluem na liberação da recordação do passado, resignificando as situações vividas anteriormente. Assim, o passado se faz presente no jogo das memórias que expressam mudanças sociais, frustrações, descontentamentos, e ainda reforçam a prática da barganha, mediada por negociações e conflitos.

## Oralidade e memória nos relatos dos trabalhadores rurais

Vicência, uma negra muito forte que vive com filhos e netos em um pequeno sítio na zona rural do município de Dom Macedo Costa, quando perguntada sobre a relação de sua família com o cativo, afirmou que “mainha mais paizinho falava muito desse negócio de escravo... botava aqueles povo, aqueles menino tudo pequeno naqueles trabalhos medonho”. Na sequência da entrevista, por conta da insistência no tema, ela relatou ainda que “o pai falava muito... desse negócio de escravo..., o pai contava, mas a gente... mas a gente... vá que mande outra vez! Mas muitas coisas a gente ficava testando com aquele cuidado, com aquele medo” (Vicência de Jesus Souza, 1997).

Observa-se então que os “processos de significação e ressignificação”, presentes nas memórias de Vicência, apontam dimensões da vida que se relacionam com *futuros passados*, *futuros perdidos* e *passados que não passam*. Ao tentar lembrar a escravidão, vai ao encontro de um passado que não gostaria de ter vivido, um passado que ela e os irmãos não queriam lembrar. Emerge na rememoração “um presente que se tem que aceitar e resistir simultaneamente de vivências passadas recolhidas nos espaços de experiência e dos futuros incorporados nos horizontes de expectativas” (Jellin, 1998, p. 13).

É notável que a memória de Vicência sobre a ligação de seus antepassados com a escravidão aparece na sua fala de forma recortada e reticente. Porém, é possível inferir que até a geração de seus pais as reminiscências da escravidão teriam sido preservadas com mais força por meio da tradição oral. Sua narrativa, sempre mediada pelo riso, sugere ainda que, juntamente com seus irmãos, temia a volta da escravidão e por isso preferia silenciar as histórias que seus pais contavam. Vicência reforça a condição de liberdade e a necessidade de se distanciar do tempo do cativo, afirmando que “muita coisa a gente dizia: ô, mainha, aquilo foi naquele tempo, né... nós não... e passava e facilitava a vida” (Vicência de Jesus Souza, 1997). É perceptível a ocultação de certas vivências na narrativa de Vicência: ao inscrever “a experiência em uma temporalidade que não é a do seu acontecer e sim a de sua recordação” (Sarlo, 2005, p. 29), sinaliza que mais se interessa em “facilitar a vida”, ou seja, defender a sobrevivência cotidiana, mas de um modo diferente daquele que, certamente, marcou a trajetória de vida de seus antepassados – sobretudo de sua avó materna, a quem ela se refere da seguinte maneira:

Minha avó era da costa e catingueira... é uma família de gente, por que tem... tem... tem cigano, tem mineiro, tem de todo jeito, né? E tem povo da costa... e o povo da costa é esse povo do centro, lá do centro dos inhame, do cacau brabo, aí agora foi... apareceu, aí a gente foi crescendo a família e foi chegando pra perto e tamo por aqui mesmo, é povo da costa, é mineiro, é tudo misturado, ninguém sabe quem é quem. (Vicência de Jesus Souza, 1997).

Os vestígios que aparecem nas memórias de Vicência remetem a uma possível ligação da sua avó com a Costa da África, de onde vieram para o Brasil grandes quantidades de africanos escravizados. Talvez uma demonstração de que a “a memória tem um papel significativo como mecanismo cultural para fortalecer o sentido de pertencimento a grupos ou comunidades” (Jelin, 1998, p. 10).

Mas ao afirmar, quase ironicamente, que hoje “ninguém sabe quem é quem”, além de apontar as incertezas da memória – em certo sentido, revestida de “ressentimentos” e mediada pela tentação do “esquecimento” e da “rememoração” –, Vicência assinala a existência de uma imbricação de elementos culturais na sua trajetória e, certamente, na de tantos outros descendentes de africanos escravizados no Recôncavo Sul da Bahia. Logo, sem esconder as fronteiras étnicas e sociais que caracterizam as populações que ali habitam, essas memórias indicam um processo híbrido de formação identitária (Burke, 2003), no contexto de inserção dos novos cidadãos livres nas propriedades rurais do Recôncavo Sul da Bahia depois da abolição.

Ali e acolá, nos tempos que se seguiram à abolição, os egressos da escravidão e seus descendentes foram reinventando a sua liberdade e as práticas de luta que lhes garantissem sobrevivência e cidadania. As vivências do pós-abolição, imbricadas no contexto de um Estado republicano em formação, cujas instituições apresentavam-se de modo bastante precário e, portanto, flexíveis em seus princípios normativos, são revisitadas a partir do enfoque na capacidade e na maneira como os indivíduos agenciavam suas experiências e se relacionavam naquela sociedade.

Naquele contexto, as relações de dependência, os conflitos, as disputas, as trocas e as negociações entre ex-escravos, seus descendentes, fazendeiros e Estado constituíram-se em uma dinâmica estratégia de poder e controle social protagonizada pela ação direta das pessoas. Assim, cada qual procurou obter vantagens, formulando seus projetos e interpretando o mundo a partir

dos códigos culturais disponíveis, de modo que preservasse a existência de alianças, de solidariedades horizontais e também verticais.

O relato de Romualdo Serra, trabalhador rural aposentado entrevistado em 1997 – quando se aproximava dos cem anos –, dá a ver, em sua história de vida como “filho de mulher solteira, que não tem pai”, a persistência com que enfrentou situações de dificuldade e de exploração. Foi renteiro, “alugado”, circulou pelo Recôncavo em lombos de burros como tropeiro, trabalhou em armazéns de fumo e nas minas de manganês de Santo Antonio de Jesus até que conseguiu juntar recursos pra adquirir seu próprio pedaço de terra. A prática de se alugar era comum entre os trabalhadores rurais, pois além de terem acesso a um local pra morar, no final do período estabelecido ainda podiam receber uma quantia em dinheiro pelo trabalho exercido.

Suas memórias denunciam conflitos existentes nas relações de parentesco: ao lembrar o tratamento que recebeu na casa de uma irmã e de um cunhado, quando ainda era um “molecote”, Romualdo enfatiza que ali teria trabalhado “que nem burro mais cavalo” para ajudar a criar os sobrinhos. Certo dia tomou a decisão de sair definitivamente de casa, quando “vieram pra casa de farinha pra secar farinha” e ele esqueceu “de botar os panos de mijo dos meninos no sol”; sua tia Maria, então, “chegou de noite pegou e esfregou, esfregou, esfregou” os panos em seu rosto. Para livrar-se daquele tipo de relação, ele preferiu ir embora e se “alugar” em uma fazenda durante o período de um ano de trabalho (Romualdo Serra, 1997). Desde então, viveu as mais diversas experiências, sempre migrando à procura de melhores oportunidades na vida. A itinerância foi também um elemento recorrente na vida de muitos daqueles egressos da escravidão que permaneceram no trabalho rural. A mudança constante de local de trabalho constituía uma maneira de driblar desentendimentos e situações de exploração. Ao mesmo tempo, os trabalhadores podiam tentar acumular recursos com o que recebiam no final do contrato, além de estabelecer novas sociabilidades nos locais onde se fixavam, ainda que por tempo determinado.

As variadas e complexas formas de relacionamento vividas no pós-abolição do Recôncavo Sul da Bahia apontam encontros e desencontros de tempos e espaços nas memórias, sugerindo que para todo indivíduo inserido em um sistema normativo “existe também “uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social” (Levi, 1996, p. 182). Desse modo, as tensões e contradições surpreendidas nos traços de memória trazem marcas da cultura

escravista que estiveram presentes no pós-abolição, mas acima de tudo sinalizam elementos constituídos e/ou reconstituídos em novas relações de poder que dinamizaram a cotidianidade da vida no campo e na cidade no sul do Recôncavo Baiano (Souza, 1999).

Portanto, em permanentes negociações com os fazendeiros, com os patrões e até mesmo com a Justiça, ex-escravos, libertos e seus descendentes articularam vivências do passado com elementos do presente, de forma que pudessem preservar valores, comportamentos, atitudes, traços de relações de poder que garantissem dignidade e sobrevivência em meio às adversidades vividas no contexto de formação do Estado republicano.

Tais estratégias faziam parte do jogo de interesses e comportamentos forjados numa ordem em que aqueles que não tirassem vantagem das trocas para obter certos ganhos estariam condenados ao desaparecimento. Notadamente, a obtenção de ganhos não se dava apenas no jogo das trocas econômicas. Ocorria, sobretudo, nas reciprocidades, nas lealdades e nos compromissos que alimentavam hierarquias de poder e proteção.

As práticas festivas e as relações de compadrio, por exemplo, eram situações em que os grupos vivenciavam valores semelhantes, embora de acordo com as regras que orientavam as relações entre membros de camadas sociais diferentes. Assim, mesmo que o trabalhador rural nunca se tornasse padrinho de um filho do proprietário das terras, era comum que se solicitasse aos fazendeiros o apadrinhamento dos filhos de seus subordinados, por meio dos rituais do batismo ou do casamento religioso. Essa relação configurada pelo parentesco ritual, além de firmar a rede de proteção e de compromissos, possibilitava evitar desentendimentos e ampliar o prestígio e o poder estabelecidos nas hierarquias sociais.

Comadres e compadres formavam uma teia social em que as relações de poder expressavam-se nas solidariedades, no conflito, nas disputas, nas trocas e nas negociações que mobilizavam uma sociedade de dominantes e subalternos. Na condição de ex-escravos e/ou descendentes de escravos, no pós-abolição os indivíduos se depararam com situações novas e, portanto, com alto grau de imprevisibilidade e incerteza. Assim, fomentar relações de lealdade e compromisso, garantindo a permanência nas fazendas ou mantendo ocupações conquistadas no meio urbano era também uma forma de demonstrar a percepção das fraturas da sociedade que limitavam as possibilidades de escolha daqueles que não dispunham de recursos suficientes para a sua sobrevivência, sobretudo terra e moradia.

A trajetória de Vicente Bispo dos Santos é um bom exemplo do jogo de alianças e negociações firmadas por meio da prática do arrendamento de terras. Ele nasceu e ainda vive em uma casa cercada por uma pequena parcela de terra, onde cultiva para a sua subsistência, na Fazenda Boa Esperança, propriedade da família de Rosalvo Fonseca, Intendente do município de Santo Antonio de Jesus na década de 1930 (Vicente Bispo dos Santos, 2008).

A narrativa de Vicente é marcada por um longo tempo de permanência na fazenda Boa Esperança, onde construiu uma trajetória de afetividades e lealdades na relação quase parental com os donos da propriedade. Ali foi “irmão de leite” de um dos filhos do casal de fazendeiros, que nascera no mesmo período que ele. Essa era uma prática muito recorrente na região: o filho da “patroa” mamava no peito da subalterna e vice-versa, o que demonstrava uma cumplicidade forte entre ambas, que se comprometiam com cuidados e zelos constantes nas relações cotidianas, tratando-se como comadres. Muitas vezes, driblavam dessa forma a hierarquia social que as separava.

Ao que parece, juntamente com o compadrio estabelecido através do batismo e do matrimônio, também essa relação parental existente entre os “irmãos de leite” dimensionava laços de conexões pessoais e políticas, ampliando as redes de compromisso e de lealdade existentes sobretudo entre as mulheres (proprietárias de terras e meeiras/rendeiras). Em suas diferentes faces, as relações de compadrio contribuíam para reforçar as expectativas de trocas e de reciprocidades, entre as quais, mesmo em diminutas proporções, certamente estaria o voto nos candidatos apoiados pelos “patrões”.

Verônica Francisca de Jesus, que entrevistei em dois momentos, passou a maior parte de sua vida como rendeira e meeira em terras alheias. Em sua narrativa, nomeou três proprietários rurais do município de Dom Macedo Costa com os quais estabeleceu relações de compadrio devido aos batizados de seus filhos: “compadre Ermínio batizou José, compadre Jovino batizou a Damiana, essa que tá na Bahia, compadre Zé Piton batizou Juliana” (Verônica Francisca de Jesus, 1987). Na propriedade de cada um dos compadres, ela teria permanecido na condição de rendeira e meeira por longo período, mudando de lugar apenas quando as terras ficavam fracas e o trabalho escasso.

Verônica, por conta dos ofícios de benzedeira e parteira – herdados da mãe e da avó –, ocupava posição de destaque nesse tipo de relacionamento com os proprietários de terras. Os inúmeros partos que realizava – de filhos tanto de fazendeiros como de trabalhadores rurais – a inseriam numa grande rede de compadrio e sociabilidade que lhe assegurava gratidão, respeito,

lealdade e proteção, ao mesmo tempo em que fomentava os laços verticais e as solidariedades horizontais. (Os partos, vale lembrar, eram feitos na casa das parturientes e estas, juntamente com os cônjuges, tradicionalmente tornavam-se comadres das parteiras.)

Sem dúvida, tais alianças sociais favoreciam tanto os que dispunham de recursos econômicos e políticos como aqueles que não dispunham desses recursos. Para os que moravam nas terras de outrem, era um bom negócio estreitar os vínculos com o proprietário, pois assim poderiam aumentar a probabilidade de permanência no lugar e de acesso a outros direitos e benefícios; além disso, os laços de compadrio entre os próprios subalternos estimulavam o apoio e as solidariedades dentro do grupo. Os fazendeiros, por sua vez, reforçavam seu prestígio social e sua base política ao ampliar seus compromissos tanto com os subalternos quanto com aqueles que faziam parte do seu próprio grupo social; assim, tentavam assegurar lealdades e reciprocidades em termos de ajuda mútua por obrigação espiritual.

As relações reforçadas por meio do compadrio – estabelecido sob diferentes formatos, mas solidificado sobretudo no batismo –, quer fossem dentro do mesmo grupo social ou entre grupos sociais diferentes, contribuíam tanto para ampliar o parentesco fictício, quanto para garantir proteção material aos apadrinhados.

## Considerações finais

Argeu, Januário, Benvinda, Vicência, Romualdo, Vicente e Verônica são personagens da história do Recôncavo Sul da Bahia, cujos fragmentos de trajetórias nos possibilitam ensaiar uma análise sobre as maneiras como negros e mestiços se posicionaram nos anos que se seguiram à abolição. Por meio das memórias, buscou-se recompor experiências vividas naquela localidade, nas quais foi possível perceber que os egressos da escravidão e seus descendentes tinham consciência da margem de imprevisibilidade e de incerteza que organizava seus comportamentos e procuraram diminuí-la a partir do agenciamento das estratégias que garantissem a conquista de níveis de cidadania nas relações de trabalho estabelecidas no campo, mediadas cotidianamente por lealdades, negociações, dependências e sociabilidades.

Com todas as dificuldades enfrentadas na tentativa de inserção em outros espaços de trabalho que não fossem as fazendas e engenhos, não há

dúvida de que os recém-saídos da escravidão fizeram uso da prerrogativa legal de indivíduos livres para decidirem sobre seus destinos. Sendo assim, ao optarem por permanecer nas fazendas, esses trabalhadores livres, com maior possibilidade de controle sobre o tempo do trabalho, procuraram driblar a necessidade de servir por obrigação e, ao mesmo tempo, mantiveram meios de luta pelo acesso a terra, já iniciados durante a escravidão.

Era fundamental que se reforçasse a prática da negociação e da barganha entre os trabalhadores rurais e os homens e mulheres de poder. Assim se estabeleciam as relações de dependência e ainda era possível se alcançar novos lugares na hierarquia social. Logo, permanecer nas fazendas ou voltar para suas imediações dependia muito da forma como os trabalhadores constituíam suas relações com os “patrões”.

Naquele contexto, reforçaram-se as relações de vizinhança, o compadrio e as sociabilidades diversas, imbricadas nos “mundos do trabalho”. Padrões de identidade foram reinventados no cotidiano de negros e mestiços cujas experiências se faziam na fronteira entre o campo e a cidade, a roça e a feira.

## Referências

ALVES, Isaias. *Matas do Sertão de Baixo*. Rio de Janeiro: Reper Editora e Publicidade, 1967.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004. p. 15-36.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Obras Escolhidas, 1).

BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia, sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; ALB; UFBA, 1998.

burke, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994. (v. 1: Artes de fazer).

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COOPER, Frederick; SCOTT, Rebecca; HOLT, Thomas. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CUNHA, Joaci de Souza. *Amargo açúcar: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia (1945-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, BA, 1995.

ELIAS, Nobert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ENTREVISTA do ex-escravo Argeu. *Escudo Social*. São Felipe, 14 out. 1933.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, (1870-1910)*. Campinas: Editora UNICAMP, 2006.

FREIRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

GIESEN, Bernhard. Sobre héroes, víctimas y perpetradores. *Puentes*, Buenos Aires, n. 5, p. 16-23, oct. 2001.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1998. (Colección Memorias de la Represión).

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, v. 16, p. 25-38, fev. 1998.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 167-182.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia Maria Queiroz. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

\_\_\_\_\_. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

OBERTI, Alejandra. Contarse a si mismas: la dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los '70. In: CARNOVALE, Vera; PITTALUGA, Roberto (Org.). *Historia, memória y fuentes orales*. Buenos Aires: CEDINCI Editores, 2006.

PEREIRA, Maria Ligia Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vidas, biografias e autobiografias. *História Oral*, v. 3, p. 117-127, jun. 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, v. 14, 1997.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, v. 15, 1997.

REIS, João José (Org.) *A escravidão e a invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-242, 1989.

SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado: cultura de la memoria e giro subjetivo*. Buenos Aires/Argentina, Siglo XXI Editores, 2005. (Colección Memorias de la Represión).

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. Cruzando memórias e espaços de cultura: Dom Macedo Costa/BA (1930-1960). *Projeto História*, São Paulo, n. 18, p. 361-379, maio 1999.

## Fontes orais

JESUS, Verônica Francisca de. [*História de vida*]. Entrevista concedida a Edinelia Maria Oliveira Souza. Laje, 30 ago. 1998.

SANTOS, Vicente Bispo dos. [*História de vida*]. Entrevista concedida a Edinelia Maria Oliveira Souza. Santo Antonio de Jesus, 25 jul. 2008.

SERRA, Romualdo. [*História de vida*]. Entrevista concedida a Edinelia Maria Oliveira Souza. Dom Macedo Costa, 17 jun. 1997.

\_\_\_\_\_. [*História de vida e migração*]. Entrevista concedida a Edinelia Maria Oliveira Souza. Dom Macedo Costa, 5 set. 1998.

SOUZA, Vicência de Jesus. [*História de vida*]. Entrevista concedida a Edinelia Maria Oliveira Souza. Dom Macedo Costa, 13 maio 1997.

**Resumo:** O texto tem por objetivo refletir sobre como os *rastros* de memória sinalizam as experiências da escravidão e da liberdade no Recôncavo Sul Baiano. A utilização da história oral, em cruzamento com outros registros de memórias – a entrevista de um ex-escravo, publicada em um periódico local em 1933, e a obra de um memorialista, de 1967 –, possibilitou reconhecer como as populações negras e mestiças construíram e reinventaram relações de trabalho e práticas de luta pela cidadania no pós-abolição, nessa porção do Recôncavo Baiano, onde o povoamento se acentuou no final do século XIX, com predominância de propriedades rurais de médio e pequeno porte.

**Palavras-chave:** memórias, pós-abolição, campesinato, Recôncavo Sul Baiano.

### Oral history, memories and black/mestizo peasantry in post-abolition Bahia

**Abstract:** The text aims to reflect on how memory traces indicate the experiences of slavery and freedom in the southern Reconcavo Baiano. The use of oral history articulated with other memory registers – the interview of a former slave published in a local newspaper in 1933, as well as the work of a memoirist published in 1967 – made it possible to recognize how black and mestizo populations reinvented and built working relationships and practices of struggle for citizenship in post-abolition in this portion of the Reconcavo Baiano, where the human settlement increased in the late 19th century, with a predominance of medium and small rural properties.

**Keywords:** memories, post-abolition, peasantry, southern Reconcavo Baiano.

Recebido em 30/08/2013

Aprovado em 27/10/2013